

O EXERCÍCIO PARENTAL CONTEMPORÂNEO E A REDE DE CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA¹

Nathalia Teixeira Caldas Campana²
Isabel Cristina Gomes
Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

RESUMO. A possibilidade de as mulheres se dedicarem à carreira profissional e a constatação de que os homens estão mais participativos nos cuidados com os filhos instiga a investigação do exercício parental no contemporâneo, com o objetivo de verificar se existem modificações nessas relações de cuidado, quais os principais desafios encontrados e qual é a participação dos pediatras e das escolas quanto a este assunto. De metodologia qualitativa, cinco casais heterossexuais, pertencentes à classe média, com filhos de até três anos e os respectivos pediatras e coordenadores educacionais participaram do estudo por meio de entrevistas semidirigidas. Os resultados indicaram que a parentalidade está em um período de transição entre o modelo tradicional e igualitário. O pediatra ocupa o lugar de orientador, enquanto as escolas dividem diretamente com os pais o cuidado com a criança. Sugere-se que, para o estabelecimento da parentalidade igualitária, sejam questionadas as posições naturalistas e a ínfima licença paterna.

Palavras-chave: Parentalidade; rede de cuidados; gênero.

THE CONTEMPORARY PARENTING PRACTICE AND EARLY CHILDHOOD CARE NETWORK

ABSTRACT. The possibility for women to engage in professional career and the fact that men are more involved in caring for their children raise awareness to the need for research on contemporary parental practice. The aim of this study was to check for changes in the form parents take care of their children, the key challenges they face and how pediatricians and school workers participate in this process. The methodology used is qualitative and based on semi-structured interviews with five middle-class heterosexual couples who have children up to three years old and their respective pediatricians and school supervisors. Results show that parenthood is transitioning from the traditional model to a more egalitarian practice. Pediatricians act as advisors and parents share with school workers the direct care for children. It is suggested that naturalistic perspectives and time for paternity leave must be questioned in order to promote an egalitarian parenthood.

Keywords: Parenthood; care network; gender.

EL EJERCICIO PARENTAL CONTEMPORÁNEO Y LA RED DE CUIDADOS EN LA PRIMERA INFANCIA

RESUMEN. La posibilidad de que las mujeres se dediquen a la carrera profesional y la constatación de que los hombres están más participativos en los cuidados con los hijos instiga la investigación del ejercicio parental en el contemporáneo con el objetivo de verificar se existen modificaciones en la manera de los padres cuidar a los hijos: principales desafíos y cuál es la participación de los pediatras y de las escuelas en este cuidado. De metodología cualitativa, cinco parejas heterossexuales, pertenecientes a la clase media, con hijos de hasta tres años de edad y los respectivos pediatras y coordinadores educacionales participaron del estudio por intermedio de entrevistas semiestructuradas. Los resultados indican que la parental está en un período de transición entre el modelo tradicional e

¹ Apoio e financiamento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo nº 2015/03045-0)

² E-mail: nacampana@gmail.com

igualitario. El pediatra ocupa el lugar de orientador, mientras que las escuelas dividen directamente con los padres el cuidado al niño. Se sugiere que para el establecimiento de la parental igualitaria sean cuestionadas posiciones naturalistas y la ínfima licencia paterna.

Palabras-clave: Parental; red de cuidados; género.

Introdução

O modelo da família nuclear brasileira, constituído no período pós-colonial, composto pelo casal heterossexual com filhos e divisões de tarefas específicas e claramente delimitadas entre os gêneros, sofreu uma série de mudanças ao longo dos anos. Compreendemos que a definição de família no contemporâneo abarca uma pluralidade de expressões tanto no que se refere à sua configuração (caso de famílias monoparentais por opção, homoparentais ou reconstituídas) quanto na maneira dos indivíduos se relacionarem. E é precisamente neste segundo âmbito que o presente trabalho pretende contribuir. Dentre as mudanças ocorridas, destacamos o fato de as mulheres estarem se dedicando mais às carreiras e os homens mais participativos nos cuidados e na educação dos filhos. Mas, a possibilidade de mães se dedicarem às carreiras profissionais traria uma nova forma de exercer a parentalidade? Os casais que seguem o modelo da família nuclear tradicional, por serem os homens os responsáveis pela provisão financeira da família, também seriam afetados por estas possíveis transformações? Quais seriam os desafios no exercício das funções parentais na atualidade e sua relação com a rede de cuidadores?

Pesquisas recentes referem uma tendência de os pais delegarem para terceiros os cuidados com seus filhos (Amazonas, Vieira, & Pinto, 2013) e esse fato nos leva a pensar acerca do que estaria ocorrendo na prática sob o ponto de vista dos pediatras e das escolas. Tanto as mudanças na organização familiar contemporânea como a necessidade de apoio social dos pais no exercício da parentalidade, buscando instituições e delegando suas funções a especialistas, faz-nos levantar a hipótese da terceirização do cuidado como resultado de um movimento iniciado no século XX. Dessa forma, se por um lado existe a promoção e proteção à infância, aliado à produção científica que estabelece critérios de educação e cuidados ideais, por outro acaba por desvalorizar o saber parental.

Antes de avançarmos nos resultados referentes à revisão, cabe definirmos que compreendemos a parentalidade como um processo de construção que se inicia com a chegada de um filho e pode ser desenvolvida em homens e mulheres. Porém, como toda construção, requer tempo para se consolidar e pode ou não ocorrer. Ou seja, a parentalidade não se garante e nem se define apenas pelos vínculos biológicos. O conceito de parentalidade não implica em uma indiferenciação de função materna e paterna no interior da família, assim como não se refere à homogeneização dos cuidados, mas à possibilidade de as funções parentais serem exercidas de formas mais flexíveis e levando em conta as relações de pertencimento e afetividade. A literatura refere que a paternidade contemporânea está em processo de transição e que, desta forma, o tradicional papel de provedor e autoridade e o novo papel de cuidador, mais sensível e participativo, coexistem (Jager & Bottoli, 2011; Arruda & Lima, 2013). Mas, embora se verifique um movimento de valorização do pai, os estudos ainda destacam as desigualdades de gênero entre homens e mulheres, indicando, por exemplo, que o pai tende a participar mais dos momentos de lazer com os filhos (Vieira & Nascimento, 2014), tornando-se mais presente efetivamente nos cuidados quando as crianças já estão maiores (Seabra & Seidl-de-Moura, 2011). A atividade remunerada do pai no ambiente público é considerada um empecilho para que ele possa participar mais da rotina da casa, em decorrência da extensa jornada de trabalho associada à ausência de políticas nas empresas que contribuam para a participação paterna no ambiente doméstico (Bruschini & Ricoldi, 2012). Nesta perspectiva, Cia e Barham (2014) alertam para a importância de se pensar políticas públicas que favoreçam o envolvimento paterno nos cuidados com os filhos desde a gestação até os primeiros dias na maternidade, inclusive no momento da amamentação.

Estudos recentes apontam para a dificuldade das mulheres em conciliar carreira e família (Prado & Fleith, 2012), pois mesmo com as mudanças que estão em curso a mulher ainda é considerada como a principal responsável pelos cuidados com os filhos, o que pode resultar em uma vivência de

sobrecarga. Frente a isso, a literatura não remete a um consenso do que esta sobrecarga feminina pode acarretar para a vivência conjugal. Jablonski (2010) não observou aumento de conflito na relação do casal por conta do excesso de trabalho feminino e sugere que as mulheres têm dificuldade para renunciar à ideia construída socialmente, a de que os filhos devem ser cuidados prioritariamente por suas mães. A pesquisa de Prado e Fleith (2012), por sua vez, indicou que dentre os fatores que poderiam influenciar de forma negativa a dinâmica familiar de casais de dupla carreira está o fato de as mulheres se sentirem insatisfeitas por não contarem com os maridos para realizar atividades domésticas e cuidar dos filhos. Outro aspecto referente à temática que não foi consensual na literatura diz respeito à influência da mãe para que o pai seja ou não mais participativo nos cuidados com as crianças, pois se por um lado alguns autores entendem que as atitudes maternas podem incentivar ou inibir o envolvimento do homem (Jager & Dias, 2014), outros discordam desta correlação (Castoldi & Lopes, 2014).

Da mesma forma que a paternidade se encontra em um período de transição, observamos que as mulheres estão atravessando um processo de transformação da maternidade, que oscila entre as demandas e as crenças pertencentes ao modelo tradicional, (como, por exemplo, a de que à mulher cabe o espaço privado e a função de ser a principal responsável pelo cuidado com os filhos) e as demandas atuais que preconizam uma divisão mais democrática das funções na família. Esta questão emerge quando se discute a possibilidade de matricular bebês em creches, pois ao mesmo tempo em que o berçário é considerado um apoio legítimo para as mães que trabalham fora de casa, também é visto como desnecessário nos casos de mães que não atuam profissionalmente (Bruschini & Ricoldi, 2012). Diante deste dado, podemos levantar a hipótese de que, pelo menos no Brasil, a creche é considerada como um substituto ou uma extensão dos cuidados maternos, concepção esta que cada vez mais inclui aspectos educativos (Silva, 2014).

Araújo, Gama e Silva (2013) afirmam que se nos primórdios a creche oferecia cuidados básicos para a sobrevivência do bebê, atualmente esta concepção se ampliou favorecendo o desenvolvimento global infantil. As autoras avaliaram as expectativas parentais em relação à escola de educação infantil e compreenderam que as famílias buscam a creche como uma das instituições responsáveis para a educação de seus filhos, porém a atuação profissional dos pais continua sendo o principal motivo pelo ingresso de crianças no berçário. Contudo, a preocupação com a primeira infância leva mães que não trabalham fora de casa a matricular seus filhos em creches como meio de socialização que traz para o bebê o benefício de conviver com diferenças, tanto na relação com os adultos, quanto com seus pares. Ainda em relação às expectativas dos pais, Silva (2014) acrescenta que a confiança é um elemento central da relação creche-criança-família e que até os três anos do filho os pais se preocupam com questões de segurança, saúde e bem-estar.

Gabriel e Lopes (2016) pesquisaram as transformações no envolvimento paterno ao longo dos seis primeiros meses do bebê na creche e concluíram que os pais passaram a compartilhar mais com as mães os cuidados com a criança e a se responsabilizarem por atividades relacionadas à escola. As autoras destacaram que os profissionais devem reconhecer o pai como cuidador da criança, provendo-o das informações necessárias sobre seu filho.

Para além da escola, nesse artigo pretendemos discutir a participação do pediatra na rede de cuidados com a primeira infância. A maior parte dos estudos atribui ao médico a função de cuidar da saúde física do bebê nos âmbitos de prevenção e tratamento, porém pesquisas mais recentes começam a avançar nesta questão. Carvalho e Martins Filho (2016) analisaram a percepção das orientações pediátricas pelas mães durante consultas particulares e concluíram que elas seguem as condutas quando há certificação das recomendações atualizadas e apoio/reconhecimento por parte do pediatra a respeito do papel materno durante o processo de acompanhamento. O acesso ao conhecimento das mães por meio de redes sociais foi considerado um elemento que dificulta o acompanhamento pediátrico. Dickstein, Verztman, Dias e Andrade (2017) afirmam que a pediatria é uma especialidade complexa, pois nem sempre a criança é o foco da consulta e por não ser possível compreender a criança fora de seu contexto familiar. Porém, os autores discutiram que a dinâmica familiar só pode ser conhecida quando o pediatra diminui as próprias idealizações a respeito das crianças e suas famílias e, da mesma forma que no estudo citado anteriormente, a expectativa materna em relação ao pediatra é que este adote uma postura empática para com ela(s).

É interessante notar que as pesquisas brasileiras se restringem ao conflito feminino para conciliar cuidado com os filhos e carreira (Bilac, 2014). Não encontramos nenhum artigo que propusesse uma investigação desde a perspectiva masculina ou que considerasse a possibilidade de o homem optar por parar de trabalhar para se dedicar aos filhos e a casa. Consideramos que esse resultado pode estar relacionado a pelo menos três fatores: perpetuação da crença social de que aos homens cabe o papel de provedor e que são as mulheres quem se confrontam com a temática; a disseminação do discurso tradicional na comunidade científica; ou ainda trabalhos que discutem as transformações e ganhos das mulheres desde o feminismo, mas considerando os homens como secundários nesse processo.

A partir da literatura internacional observamos que em alguns países, como Suécia, Holanda e Canadá, as discussões estão mais desenvolvidas e consolidadas acerca da parentalidade contemporânea. Por exemplo, enquanto os estudos brasileiros discutem a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres para conciliar família e carreira, pesquisas internacionais (Rehel, 2014) avançam nessa temática incluindo as condições e as implicações da licença parental nos diversos países.

Van Hoff (2011) entrevistou individualmente os membros de 12 casais heterossexuais ingleses, entre 20 e 35 anos de idade, por considerar que esta faixa etária tem mais recursos para estabelecer relações igualitárias. A análise das entrevistas semiestruturadas revelou que todos os casais aspiravam desenvolver a igualdade de funções, porém apenas um casal demonstrou se relacionar de fato de forma igualitária.

Lyonette, Kaufman e Crompton (2011) estudaram os empregos de meio período como forma de aliviar o conflito entre trabalho e família em casais de dupla carreira. Foram entrevistados 83 pais americanos e ingleses a fim de priorizar o discurso masculino a respeito do tema. Os resultados foram discutidos articulando três aspectos, a necessidade de duas fontes de renda para o sustento familiar, os custos que estão envolvidos quando o casal trabalha em tempo integral e precisa recorrer a outras fontes de cuidados que são pagas e o potencial da atividade laboral em tempo parcial. Mas se por um lado esta pode ser uma solução para conciliar trabalho e família, por outro pode limitar o crescimento profissional. Kosakowska-Berezecka et al., (2016) sugerem que para diminuir os conflitos entre trabalho e família é necessário desnaturalizar a associação entre maternidade e renúncia.

Quek, Knudson-Martin, Orpen e Victor (2011) afirmam que a coparentalidade, no sentido de homens e mulheres exercerem as funções parentais de maneira mais equilibrada, pode ocorrer nas seguintes circunstâncias: a carreira da mulher é valorizada pelo casal, o homem leva em conta as atividades domésticas para organizar sua agenda de trabalho, a responsabilidade parental é compartilhada e negociada, e quando há garantia de suporte para o casal por parte da família extensa e das empresas ou instituições em que trabalham.

Mencionamos anteriormente que nos estudos brasileiros não encontramos discussões a respeito de dificuldades masculinas para conciliar carreira e paternidade, ou a possibilidade de homens desistirem do trabalho remunerado em função dos filhos. Entretanto, os estudos internacionais se referem ao fenômeno denominado *stay-at-home fathers* (pais que ficam em casa) para designar a decisão paterna de abdicar da carreira, temporária ou permanentemente, para cuidar dos filhos e das atividades domésticas, enquanto as mulheres assumem a responsabilidade de prover financeiramente a família (Rehel, 2014).

Alguns conceitos teóricos, inclusive psicanalíticos, são influenciados pelas circunstâncias históricas, sociais e culturais vigentes na época de suas criações. Desse modo, nos parece relevante rever alguns aspectos do que Winnicott (1964/2008) descreveu como ambiente suficientemente bom: composto por uma mãe e um pai com divisões rígidas de papéis e funções nos cuidados com os filhos. Enquanto pediatra e psicanalista Winnicott desenvolveu seu trabalho durante e após a segunda guerra, quando muitas mulheres estavam sozinhas em casa com suas crianças. Sua conhecida afirmação de que não existe bebê sem cuidados maternos, e que a mãe deve alcançar um estado de sensibilidade exacerbada, denominado por ele de Preocupação Materna Primária, nos mostra não só a importância da relação mãe-bebê, como também marca a posição do psicanalista, que realça a importância das mulheres no início da vida de seus filhos, mas pouco nos diz sobre os pais.

A leitura dos textos de Winnicott a respeito dos primeiros estágios do desenvolvimento emocional infantil destaca a figura materna como a principal referência para a criança, cabendo ao pai a função de suporte da mãe e, mais tarde, de protetor da relação mãe-bebê, por oferecer proteção à esposa dos ataques destrutivos da criança (Winnicott, 1964/2008). Assim, pela ênfase que foi dada ao longo de sua obra para a importância dos cuidados maternos e pela pouca referência aos cuidados paternos, não seria surpresa se afirmássemos que, no primeiro ano de vida do filho, ao pai é atribuído um papel secundário em relação à criança, cabendo à mãe, inclusive por determinismo biológico, os cuidados com a criança pequena. A psicanálise contemporânea já tem estudos que compreendem a relação pais-bebê, ou educador-bebê, desde uma perspectiva interacionista, mas sem enfatizar a exclusividade materna nos cuidados com o infans. Referimo-nos aqui às pesquisas que foram e estão sendo desenvolvidas com os indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI) (Kupfer, 2014). Os 31 indicadores clínicos avaliam a relação pais-bebê nos primeiros 18 meses de vida da criança e foram propostos a partir da teoria psicanalítica.

A fim de compreender como casais pertencentes à classe média alta, com grau de instrução universitário e com filhos de até três anos de idade, vivenciam a parentalidade, entrevistamos cinco casais e os respectivos pediatras e escolas das crianças. A partir da análise de conteúdo do material oriundo das entrevistas semidirigidas, propomos uma reflexão que considere o discurso e a vivência dos casais a respeito do exercício parental, assim como das percepções dos pediatras e coordenadores educacionais acerca da função que eles ocupam junto aos pais nos cuidados com as crianças. O material que será apresentado a seguir é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento.

Método

Participantes

Cinco casais heterossexuais, pertencentes à classe média alta brasileira, com renda a partir de dez salários mínimos, de acordo com o parâmetro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na faixa etária de 30 a 40 anos de idade (período em que já podem ter desenvolvido a vida profissional), com grau de escolaridade, no mínimo universitário, e com o primeiro filho contando até três anos de idade, sem histórico de problemas orgânicos que pudessem interferir no desenvolvimento infantil. A escolha por esse perfil familiar se deu em função de se eliminar outras variáveis que influenciam diretamente o exercício parental além do proposto aqui. Os profissionais entrevistados prestavam seus serviços às famílias que participaram do estudo.

Instrumentos

As entrevistas semidirigidas foram realizadas seguindo um roteiro previamente elaborado pelas pesquisadoras, com o intuito de favorecer outras comunicações para além do discurso manifesto.

Foram produzidos três roteiros de entrevista:

a) Com os pais, dividido em sete partes: 1) informações gerais de identificação; 2) questões referentes à conjugalidade e ideias prévias a respeito do que o casal imaginava que seria ser pai e mãe; 3) o período de gestação e as expectativas sobre o bebê; 4) a vivência do casal no período de pós-parto e mudanças ocorridas; 5) a parentalidade construída por cada membro do casal; 6) o entendimento do casal sobre a função e o papel do pediatra em suas vidas; 7) investigar a função e a participação da escola na vida do casal e da criança.

b) Com o pediatra, dividido em três partes: 1) informações gerais de identificação; 2) como o médico entende e exerce a pediatria e como compreende sua função na vida das famílias que atende a relação pais-filho e o desenvolvimento global de crianças de até três anos de idade; 3) como o pediatra entende o desenvolvimento específico da criança filho/a do casal entrevistado e como estabelece o relacionamento com o casal.

c) Com o coordenador de escola, dividido em três partes: 1) informações gerais de identificação; 2) como o coordenador entende e exerce sua função e como compreende sua participação na vida das

famílias que têm filhos na escola, a relação pais-filho e o desenvolvimento global de crianças de até três anos de idade; 3) como o coordenador entende especificamente o desenvolvimento da criança filha do casal entrevistado e como estabelece o relacionamento com o casal.

A elaboração destes roteiros de entrevistas se baseou em estudos psicanalíticos da relação pais-bebê (teoria winnicottiana e IRDI) e na experiência clínica.

Procedimentos

Coleta de dados

As entrevistas foram gravadas e, após cada uma, a pesquisadora realizou um registro de impressões despertadas durante o processo. O emprego da gravação se justifica, não para garantir o literal do discurso dos entrevistados, mas para permitir retomadas durante as quais se renova o contato com as características concretas de voz, timbre, inflexões e expressividade, bem como ao próprio conteúdo. As transcrições literais foram transformadas em relatos de entrevistas a fim de preservar as identidades dos participantes.

A participação da entrevistadora/pesquisadora é parte importante do processo, não só porque sua experiência consciente, imediata, empírica e sensorial está envolvida, tornando-se o próprio instrumento de pesquisa para atribuir sentido e apreender o objeto de estudo (Turato, 2005), mas também porque se entende que sua presença interfere no campo de pesquisa (Bleger, 1980/2003).

Os casais foram entrevistados em suas próprias casas, dado que a percepção direta do ambiente familiar pode fornecer informações a respeito da dinâmica do casal. Os educadores, em uma sala dentro da escola; os pediatras, em seus consultórios. Foi priorizada a disponibilidade de horário dos participantes para agendar as entrevistas, com duração máxima de 02 horas com os casais, e de 01 hora com os profissionais.

Os participantes receberam esclarecimentos sobre o teor da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no qual foram informados, de forma clara e precisa, sobre os objetivos, procedimentos e a justificativa do estudo, bem como a garantia de sigilo e o anonimato nos relatos produzidos com fins de publicação científica.

Análise de dados

O critério adotado para encerrar a pesquisa foi a constatação de saturação ou repetição no material colhido. Para realizar a análise de conteúdo e criação de categorias, as entrevistas foram gravadas e redigidas na íntegra, conforme proposto por Bardin (1977). Desta análise definimos três categorias de conteúdo: 1) a possibilidade do cuidado parental igualitário; 2) ritmo da criança versus ritmo dos pais; 3) quais as funções dos pediatras e das escolas no contemporâneo.

Considerações éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo com protocolo CAAE: 42434815.9.0000.5561.

Discussão

Com resultados parciais, apresentaremos os dados dos cinco casais e depois discutiremos as três categorias mencionadas acima, sempre preservando as identidades dos participantes.

Casal 1: pais de um bebê de sete meses. O pai tem 35 anos, é administrador e sua carreira está em exercício. A mãe tem 37 anos, é chefe de cozinha, com carreira em exercício (voltou a trabalhar quando a filha completou 06 meses). Sua renda é considerada fundamental para o orçamento familiar. O pediatra tem 66 anos e a coordenadora educacional da escola frequentada pelo bebê tem 31 anos. O pai é participativo nos cuidados com a criança, porém aguarda orientações da esposa, tendo pouca iniciativa própria. A escola é tida pelo casal como um apoio fundamental na divisão de cuidados, pois a

criança foi inserida na instituição após o término da licença maternidade. O pediatra é considerado como um técnico que orienta questões relacionadas à saúde física e acompanha o desenvolvimento global da criança.

Casal 2: pais de um bebê de 11 meses. O pai tem 36 anos, é engenheiro e sua carreira está em exercício. A mãe tem 37 anos, é hoteleira, mas nunca atuou em sua área de formação. Dedicou-se aos cuidados com a casa e com o filho, que não frequenta escola. O pediatra tem 46 anos. O casal mantém a divisão tradicional de papéis, apesar de o pai adotar uma postura empática e de iniciativa nos cuidados com o filho quando está em casa. A mãe não conta com uma rede de apoio para cuidar de seu bebê. Valorizam o pediatra, para tirar dúvidas pontuais, mas não chegam a incluí-lo na rede de cuidados.

Casal 3: pais de um bebê de 18 meses. O pai tem 38 anos, é economista com um foco grande no desenvolvimento de sua carreira. A mãe tem 36 anos, é produtora de moda, mas interrompeu a dedicação à carreira com a maternidade. Sua renda nunca foi considerada como fundamental ao sustento da casa. O pediatra tem 62 anos e a coordenadora educacional da escola frequentada pelo bebê (quando completou 18 meses) tem 50 anos. O casal mantém a divisão tradicional de papéis e o pai participa pontualmente nos cuidados com o filho, num acordo tácito entre o casal. A mãe centraliza a função de cuidar da criança dividindo a tarefa com a rede de cuidadores (pediatra e escola), porém se mostrou vacilante frente à confiança nesses últimos.

Casal 4: pais de uma criança de 32 meses. O pai tem 40 anos, é psicólogo e sua carreira está em exercício. A mãe tem 36 anos e é química. Interrompeu a carreira durante a gestação e só voltou a se dedicar a ela quando a filha completou um ano de idade. Seu ganho nunca foi considerado como fundamental ao sustento da casa, mas ela considera importante ter sua própria fonte de renda. O pediatra tem 68 anos e a coordenadora educacional da escola frequentada pela criança tem 51 anos. A rede de cuidados conta com a participação diária das avós da criança. À escola é atribuída a função de socialização e o pediatra é valorizado para além do seu saber técnico, sendo considerado como um orientador para questões de desenvolvimento físico e emocional da criança e da relação pais-bebê.

Casal 5: pais de uma criança de 36 meses. O pai tem 37 anos, é psiquiatra e sua carreira está em exercício. A mãe tem 33 anos, também psiquiatra com carreira em exercício. Ela tentou interromper a carreira para se dedicar exclusivamente aos cuidados com o filho, mas optou por retomar suas atividades profissionais, cumprindo carga horária mais flexível nos primeiros meses de vida do bebê. O pediatra tem 43 anos e a coordenadora educacional tem 62 anos. O casal mantém divisão tradicional dos papéis com o pai pouco participativo. A mãe conta com a escola na divisão dos cuidados físicos e emocionais do filho principalmente em função de sua carreira. O pediatra foi considerado como membro da rede de cuidados, mas secundário à participação mais frequente da escola.

A possibilidade do cuidado parental igualitário

Das famílias que foram entrevistadas, as mulheres eram as principais referências para os filhos pequenos – mesmo quando os homens eram mais participativos nos cuidados com as crianças, a crença de que “mãe é mãe” (Avena & Rabinovich, 2016) e tudo sabe a respeito dos filhos, permanece:

Nunca tive jeito para pegar um recém-nascido, ela é mãe é diferente... ela está mais na rotina e acaba sendo a chata que pega no pé, mas quando a Pati se sente ameaçada com uma situação nova, corre para a mãe, o que é natural na minha opinião, a mãe é a referência (Pai 3).

Normalmente, é a mãe quem toma a frente das conversas com o pediatra, mas acho isso ótimo, pois de fato é ela quem sabe tudo a respeito de Maria (Pai 4).

As mulheres se mostraram divididas entre quererem maior participação dos maridos nos cuidados com os filhos, mas sem perderem o lugar de serem as que tudo sabem a respeito das crianças. Por mais que em seus discursos manifestos apareça que estão dispostas a dividir a parentalidade com os maridos, o que surge na prática é que elas esperam, muitas vezes, que os homens se comportem conforme seus desejos; sigam suas instruções a respeito de como deve ser o cuidado com as crianças.

Minha relação com ele (filho) vem num crescente. Durante muito tempo aquela brincadeira de ser o estagiário em casa se encaixava muito pra gente... nos primeiros meses o pai praticamente não serve para nada, essa foi a minha experiência. Era sempre ela (mãe) me pedindo “faz isso por favor”, então realmente a chefe é ela e eu sou o estagiário... eu reclamava porque era sempre ela me pedindo, aí ela falava que eu precisava assumir mais coisas. Aí beleza, a gente tentou: então eu vou arrumar ele. Aí eu arrumava ele, mas ela dizia que tinha que pentear o cabelo pro outro lado, que a camiseta não era aquela porque ele ia sair e tal. Aí eu falava: olha se eu vou decidir então eu vou decidir, se não eu vou decidir o que você decidiu e voltamos para a estaca zero (Pai 5).

Configura-se assim, do lado das mulheres, um conflito entre o desejo de manter o papel tradicional da maternidade com o de se dedicarem às carreiras ou interesses pessoais. Assim, mais do que valorizar a participação dos maridos para o desenvolvimento da relação pai e filho, o que surge de forma mais contundente é a fala de que as mulheres querem dividir os cuidados para terem mais tempo para si mesmas. Isso também aparece no discurso dos homens que dizem, por exemplo, que davam mamadeira para o bebê para que a mulher descansasse, ou que levavam a criança para dar um passeio para que a esposa pudesse ter um tempo para si. Embora legítimo o cansaço das mães, ressaltamos este ponto para que possamos compreender que, por mais que se fale em um ideal de cuidado igualitário entre homens e mulheres, ainda permanece um pensamento tradicional, sendo que a participação dos homens, na maioria das vezes, está subjugada a das mulheres no que se refere à educação e cuidados com os filhos.

De fato, em comparação ao modelo tradicional, os homens estão mais participativos na vida dos filhos, mas entrar na díade mãe-bebê para estabelecer relações triádicas não é tarefa fácil, pois os pais não podem contar com os benefícios de uma licença-paternidade mais prolongada para passar mais tempo ao lado de seus bebês. Além disso, sentem que suas esposas são mais importantes do que eles, especialmente no primeiro ano de vida, por conta de amamentarem e de todas as transformações biológicas que sofrem com a gestação e que as deixariam mais aptas para oferecer ao bebê o que ele precisa.

As próprias teorias psicanalíticas, como a teoria winnicottiana do desenvolvimento emocional, vão ao encontro desta lógica que valida o lugar especial da mãe na vida do bebê; ao pai cabe, em um primeiro momento, ser apenas um suporte para ela. Além disso, nas cinco entrevistas realizadas, os pais parecem se resignar a um papel coadjuvante na vida dos filhos para evitar problemas conjugais:

Eu chego mais cedo para ficar com ela das seis às oito e meia da noite, aos finais de semana ele percebe que eu quero ficar mais grudadinha com ela, então acho que ele respeita isso e por mais que também queria aproveitar com ela, deixa que eu fique (Mãe 1).

E o pai completou: *É! Para mim sobra só colocar para dormir! (Pai 1).*

Ritmo da criança versus ritmo dos pais

Da análise em profundidade do material compreendemos que outro desafio do contemporâneo diz respeito à constante tensão que existe entre tentar conciliar o ritmo das crianças com o dos pais – isso fica mais evidente em casais de dupla carreira, mas não é um ponto pertinente exclusivo a este grupo. Esta questão surge especialmente nos momentos em que os pais se sentem renunciando às próprias necessidades em favor das dos filhos:

Apesar de hoje em dia eu passar pouco tempo com ele, sinto que quanto maior ele fica mais fácil fica. No começo ele ficava só chorando, não tinha interação e me dava trabalho. Era um momento de pura dedicação minha em um momento que eu queria estar descansando (Pai 5).

Apesar de a fala deste pai ser explícita, encontramos o mesmo conflito nos demais entrevistados. Este foi o caso, por exemplo, da Mãe 3, que optou por parar de trabalhar para se dedicar à maternidade, mas após 18 meses, matriculou a filha na escola para ter tempo de retomar atividades esportivas e de cuidados pessoais.

Esta situação também foi presente no discurso dos pediatras e das escolas:

O principal desafio que enfrento na minha prática profissional são as questões que surgiram com o “mundo moderno consumista”, casais que trabalham e só contam com a escola para tomar conta do

filho – quando o filho fica doente e a escola se recusa a recebê-lo, os pais ficam perdidos, esperam que com uma dose de antibiótico o filho esteja bom, mas a biologia do ser humano exige paciência e calma (Pediatra, Casal 3).

Nas escolas, este também é um ponto importante, pois não é raro que os pais solicitem que estas permaneçam mais de 12 horas em funcionamento e que recebam as crianças nos períodos de férias e emendas de feriados. Além disso, existem pais que pegam seus filhos 01 hora mais cedo semanalmente por conta do rodízio municipal de veículos de São Paulo – que restringe a circulação de automotores na cidade, uma vez por semana. Nas palavras de uma profissional da área da educação infantil:

As crianças estão mais espertas, mais atentas ao mundo, mas não estão sendo respeitadas em suas necessidades, por exemplo, dormem pouco e são submetidas a um excesso de atividades: esportes, aulas de inglês, de música, pois os pais estão trabalhando ou acreditam que têm que oferecer aos filhos tudo o que não tiveram (Coordenadora educacional, Casal 4).

Frente a isso, as escolas em especial parecem se deparar com o seguinte ponto: qual a função da escola de educação infantil? Trabalhar no limite entre o cuidar e o educar, com base em princípios pedagógicos ou responder a demanda de agenda e expectativas dos pais das crianças? As educadoras entrevistadas reconhecem que dentre as funções da escola está a de estabelecer uma parceria com pais no processo de educação das crianças, porém não é raro que sintam que esta educação está sendo delegada para elas e que pais de crianças pequenas esperam que as escolas sejam uma extensão das casas:

Isso não é problema em termos de darmos amor, carinho, mas não podemos seguir as regras particulares de cada família, nem que quiséssemos seria possível, não tem como a escola proibir bolo de aniversário, se tornar vegana ou proibir que um menino brinque de boneca porque a mãe só quer que ele jogue bola... (Coordenadora educacional, Casal 3).

Quais as funções dos pediatras e das escolas no contemporâneo

Pediatras e educadores são os primeiros profissionais a entrar em contato com pais e crianças pequenas, desta forma são muito importantes no que se refere aos tipos de cuidados que são oferecidos às famílias, especialmente na transição para a parentalidade. Por mais que se faça referência ao declínio do saber parental e uma tendência para terceirização dos cuidados por parte dos pais para os profissionais especialistas, o que compreendemos com as entrevistas é que os casais demandam do pediatra, especialmente, confiança e acolhimento em questões referentes ao bem-estar físico de seus filhos, mas se o médico abrir espaço para que falem mais de suas experiências enquanto pais, facilmente ele é chamado a ocupar um papel de orientador tanto para questões referentes à conduta dos pais, como em relação ao comportamento das crianças. O Pediatra 4 disse que para oferecer o que considera um bom atendimento a seus pacientes, busca não se colocar na posição de alguém que dá conselhos, e procura estabelecer uma *escuta diferenciada*, pois os pais utilizam as consultas para comunicar ansiedades que são despertadas no exercício da parentalidade. Ele observa que, em algumas ocasiões, basta uma conversa com os pais para que um sintoma infantil desapareça: *“ter uma criança em uma mesa não é mais pediatria do que ter um casal aqui falando de seu filho”*.

Com as escolas é diferente, pois de fato os profissionais da educação dividem os cuidados com os pais, pelo menos por meio período, isso quando não se ocupam doze horas por dia das crianças. Nestas circunstâncias, a relação que os pais estabelecem com as educadoras difere da que estabelecem com os pediatras. Primeiro, a escola por vezes se torna o principal ambiente de convivência das crianças, o que pode fazer com que confundam o espaço da família com o espaço educacional. A Coordenadora 1 disse que, pelo fato de a escola funcionar em período integral, os pais esperam que as educadoras assumam diversas responsabilidades, como:

regras de comportamento que extrapolam as necessidades para convívio social, moral e hábitos alimentares saudáveis, pois segundo a maior parte dos pais, não importa que os filhos não comam bem aos finais de semana, o principal é que se alimentem bem quando estão na escola durante a semana... os pais colocam muito hoje que a função da escola é educar no geral e a questão moral,

o que é certo, o que é errado, não se discute muito isso em casa e fica muito para a escola, independente de serem ou não pais de dupla carreira.

Em segundo lugar, as educadoras sentem que as mães, mais do que os pais, podem estabelecer um vínculo de rivalidade com elas e tentam interferir no dia a dia da escola com opiniões sobre o que acreditam ser o melhor, pois consideram que cuidar é algo que elas conhecem. Neste sentido, todas as coordenadoras entrevistadas mencionaram algum episódio em que se sentiram invadidas ou até mesmo desrespeitadas em sua função profissional.

Os profissionais entrevistados eram diferentes em termos de idade e experiência profissional, fato que não se mostrou suficiente para produzir variações nas respostas relacionadas com a categoria em questão. Assim, sugere-se que o resultado apresentado se deve ao contemporâneo e não às particularidades de cada entrevistado.

Considerações Finais

Consideramos, do que foi exposto, que a parentalidade contemporânea está em um processo de transição entre uma divisão de funções rígidas e definidas pelo gênero dos membros do casal e a possibilidade de uma divisão de tarefas mais igualitária no interior das famílias. Dessa forma, permanecem explicações baseadas no biológico, as ditas naturalistas, que justificam maior aptidão da mulher para cuidar de crianças, especialmente nos primeiros meses de vida do filho, sendo que tal crença pode ser encontrada tanto nos discursos feminino como no masculino – neste contexto, ao homem cabe a responsabilidade de prover o lar. Foram encontradas, nos casais entrevistados, mudanças que sugerem a possibilidade de um exercício parental mais igualitário, mas destacamos que os maiores desafios para que isso possa de fato se consolidar envolve a dissociação entre os fatores biológicos, como a amamentação, e a capacidade de cuidar do filho, que tornam a mãe a pessoa mais apta; bem como a ínfima licença-paternidade. Atualmente algumas empresas, no Brasil, especialmente estrangeiras, reconhecem a importância do pai nos primeiros meses de vida dos filhos, o que resulta no prolongamento da licença-paternidade.

Ao contrário do que foi encontrado na literatura, o trabalho da mãe não se mostrou como um diferencial para a consolidação do cuidar igualitário. Em três casos a renda da mulher não era considerada como fundamental para o orçamento familiar, porém mesmo nos casos em que era, ou que a esposa e o marido tinham a mesma formação, a mulher ainda se considerava e era tida pelo parceiro como a principal responsável pelo filho. Mesmo sabendo que essa possa ser uma particularidade dos casais que foram entrevistados, os relatos dos pediatras e das coordenadoras educacionais reafirmaram esse achado.

Vale destacar que na composição da amostra, situamos um determinado nível socioeconômico no qual o casal, e principalmente a mãe, pode escolher abdicar da carreira ou trabalho em função do cuidado com o bebê. Além disso, caracterizamos um determinado tipo de atendimento na rede de cuidadores, quando abordamos as escolas infantis e os pediatras particulares, que é diferente do que ocorre em termos de oferta e demanda nos serviços públicos e nas famílias de estratificação econômica mais baixa.

Para além do saber técnico, ao lugar ocupado pelo pediatra no contemporâneo se acrescentaria a de um orientador que ampara os pais neste momento de vulnerabilidade e desconhecimento – função que no passado era ocupada pelas avós ou amigas da mãe. É interessante apontar que apenas um dos casais entrevistados incluiu as avós na rede de cuidadores. Não identificamos nenhuma questão por parte dos pais ou dos médicos em relação ao lugar ocupado por esses últimos na rede, mas o mesmo não pode ser dito das escolas. Enquanto a relação com os pediatras parece estar bem situada, com as escolas as ambivalências são mais evidentes. Possivelmente, isso se deve ao fato de as educadoras dividirem os cuidados com os pais durante um longo período de tempo, acrescentando-se a isso a motivação pela entrada precoce na escola ser devida ao retorno da mãe ao trabalho ou não. Dos casos analisados observou-se maior confiança na escola justamente em mães que retomaram suas profissões após a licença maternidade ou dentro do período de 12 a 18 meses de vida do bebê.

Sugerimos que estudos futuros se dediquem à função da escola de educação infantil na constituição psíquica de crianças de até três anos de idade, no sentido de investigar se poderíamos atribuir a esta instituição a função de alteridade que no passado era atribuída ao pai na passagem da díade mãe-bebê, para a tríade pai-mãe-bebê. Provavelmente sentimentos de rivalidade, ciúmes e ambivalência permaneceriam, mas talvez pudéssemos tirar o estatuto de “terceirização” na participação dos profissionais na vida das famílias, pois esse termo em si mesmo comporta certa sensação de julgamento e culpa nos pais, o que reforça os conflitos.

De fato, um caminho apontado na literatura que poderia contribuir para o estabelecimento da parentalidade igualitária seria desnaturalizar a relação estabelecida entre maternidade e renúncia – o que implicaria inclusive na revisão de alguns conceitos de autores da psicologia do desenvolvimento e da psicanálise.

Longe de esgotar os desafios que estão sendo vivenciados pelos casais no exercício da parentalidade, este artigo aponta para a necessidade de ampliar nossos conhecimentos a respeito das vivências específicas da família contemporânea, para que possamos compreender melhor o sofrimento de pacientes na clínica e pensar intervenções que venham a favorecer os indivíduos, as relações entre os membros de uma família e que possam ter alcances profiláticos em termos do desenvolvimento emocional infantil.

Referências

- Amazonas, M. C. L. A., Vieira, L. L. F., & Pinto, V. C. (2011). Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 314-327. DOI: 10.1590/S1414-98932011000200009
- Araújo, M. A. N., Gama, F. S., & Silva, U. (2013). Creches de ontem e de hoje: o que os pais esperam desta instituição? *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 2(1), 3-20. DOI: 10.17267/2317-3394rpsds.v2i1.177
- Arruda, S. L. S. & Lima, M. C. F. (2013). O novo lugar do pai como cuidador da criança. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(2), 201-216. DOI: 10.5433/2236-6407.2013v4n2p201
- Avena, M. E., & Rabinovich, E. P. (2016). Família, paternidade e parentalidade. In L. V. C. Moreira, E. P. Rabinovich, & P. C. S. V. Zucoloto (Orgs.), *Paternidade na sociedade contemporânea – o envolvimento paterno e as mudanças na família* (pp.101-121). Curitiba, PR: Juruá Editora.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bilac, E. D. (2014). Trabalho e família: Articulações possíveis. *Tempo Social*, 26(1), 129-145. DOI: 10.1590/S0103-20702014000100010
- Bleger, J. (2003) *Temas de Psicologia entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1980)
- Bruschini, M. C. A. & Ricoldi, A. M. (2012). Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 259-287. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000100014
- Carvalho, S. & Martins Filho, J. (2016). Family relationships with pediatricians: the maternal views. *Revista Paulista de Pediatria*, 34(3), 330-335. DOI: 10.1016/j.rppede.2016.03.015
- Castoldi, L. G. T. R. & Lopes, R. C. S. (2014). Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 247-259. DOI: 10.1590/1413-737222105008
- Cia, F. & Barham, E. J. (2014). Como se tornar um pai presente: impactos de um grupo de pais. *Psicologia Argumento*, 32(76). DOI: 10.7213/psicol.argum.32.076.AO09
- Dickstein, P., Verztman, J. S., Dias, D. R. B., & Andrade, B. P. (2017). O pediatra e sua função apostólica: percepções de médicos residentes sobre suas práticas. *Psicologia em Estudo*, 22(2), 209-220. DOI: 10.4025/psicoestud.v22i2.32552
- Gabriel, M. R. & Lopes, R. C. S. (2016). Transformações no Envolvimento Paterno ao Longo dos Seis Primeiros Meses do Bebê na Creche. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1-10. DOI: 10.1590/0102-3772e32321
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275. DOI:10.1590/S1414-98932010000200004
- Jager, M. E. & Bottoli, C. (2011). Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: teoria e prática*, 13(1), 141-153.
- Jager, M. E. & Dias, A. C. G. (2014). Paternidade adolescente e o envolvimento paterno na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. *Pensando famílias*, 18(1), 45-54.
- Kosakowska-Berezecka, N., Besta, T., Adamska, K., Jaskiewicz, M., Jurek, P. & Vandello, J. (2016). If my masculinity is threatened i won't support gender equality? The role of agentic self-stereotyping in restoration of manhood and perception of gender relations. *Psychology of men & masculinity*, 17(3), 274-284. DOI: 10.1037/men0000016
- Kupfer, M. C. M. (2014). *Do bebê ao sujeito: a metodologia IRDI as creches*. São Paulo: Escuta Pulsional.

- Lyonette, C., Kaufman, G., & Crompton, R. (2011) We both need to work: maternal employment, childcare and health care in Britain and the USA. *Work, Employment & Society*, 25(1) 34-50. DOI: 10.1177/0950017010389243
- Prado R. M. & Fleith, D. S. (2012) Pesquisadoras brasileiras: conciliando talento, ciência e família. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(2), 19-34.
- Quek, K. M. T., Knudson-Martin, C., Orpen, S., & Victor, J. (2011). Gender equality during the transition to parenthood: A longitudinal study of dual-career couples in Singapore. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28(7), 943-962. DOI: 10.1177/0265407510397989
- Rehel, E. M. (2014). When dad stays home too: paternity leave, gender, and parenting. *Gender & Society*, 28(1), 110-132. DOI: 10.1177/0891243213503900
- Seabra, K. C. & Seidl-de-Moura, M. L. (2011). Cuidados paternos nos primeiros três anos de vida de seus filhos: um estudo longitudinal. *Interação em Psicologia*, 15(2), 135-147. DOI: 10.5380/psi.v15i2.17330
- Silva, I. O. (2014). A creche e as famílias: o estabelecimento da confiança das mães na instituição de educação infantil. *Educar em Revista*, (53), 253-272. DOI: 10.1590/0104-4060.36559
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-514.
- Van Hoff, J. H. (2011) Rationalising inequality: heterosexual couples' explanations and justifications for the division of housework along traditionally gendered lines. *Journal of Gender Studies*, 20(1), 19-30. DOI: 10.1080/09589236.2011.542016
- Vieira, G. T. & Nascimento, A. R. A. (2014). Aspectos psicossociais na construção da identidade paterna. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 57-68. DOI: 10.15348/1980-6906/psicologia.v16n1p57-68.
- Winnicott, W.D. (2008) E o pai?. In: *A criança e o seu mundo* (pp. 127-133). Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1964).

Recebido em 31/01/2017

Aceito em 27/07/2017

Nathalia Teixeira Caldas Campana: Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Doutoranda no departamento de Psicologia Clínica e membro do laboratório Casal e Família: clínica e estudos psicossociais. Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo.

Isabel Cristina Gomes: Professora titular no Programa de Psicologia Clínica. Coordenadora do laboratório de Casal e Família: clínica e estudos psicossociais. Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo.